

# CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLI - 2002

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO CARLOS LÁZARO FARIA, *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Lisboa, Maio de 2002. 162 págs. ISBN: 972-772-337-3.

Apraz-nos verificar que o livro abre com uma Nota do presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal onde manifesta o seu orgulho por “contar com o saber e a permanente disponibilidade militante de João Carlos Faria nos quadros desta Câmara”, orgulho acrescido da certeza de esta publicação ir “contribuir para o enriquecimento patrimonial” do concelho.

Num momento em que o menosprezo pelo património se revela assaz comum, é de aplaudir a iniciativa camarária da edição da obra, na esperança de que seja uma atitude a seguir por outras instituições afins, no fundo, as grandes responsáveis pela valorização do seu próprio património, dever de que, infelizmente, a maioria se tem arredado.

No que respeita propriamente à obra em apreço, esta é o resultado, como o Autor refere, de cerca de uma vintena de anos de pesquisa levada a efeito no concelho de Alcácer do Sal, quer no terreno, quer na recolha de bibliografia arqueológica já existente.

A abrir, temos o Índice, seguido da Nota de Abertura e dos Agradecimentos que precedem a Introdução (p. 13-16) e o corpo da publicação dividido em cinco capítulos:

1. Geologia, Paleoecologia (p. 17-23);
2. A ocupação humana do curso inferior do Sado. Da pré-história ao período romano (p. 25-40);
3. Estatuto e importância político-administrativa, económica, social e religiosa de *Salacia Urbs Imperatoria* (p. 41-85);
4. Escavações arqueológicas na *Salacia Imperatoria* (p. 87-119);
5. Conclusões (p. 121-130).

Segue-se a Bibliografia (p. 131-150) e o Índice Remissivo (151-162).

A leitura da Introdução dá-nos a conhecer o percurso da investigação no concelho, objectivos e estrutura da obra. Inclui, ainda, uma incursão por algumas publicações importantes para a recolha de bibliografia arqueológica da região que, a terem sido apresentadas em nota de rodapé, tornariam quiçá o texto menos fatigante.

Aponta o autor como objectivos “estimular não só o gosto por esta região, numa determinada época, mas também transmitir mais alguns ensinamentos a todos aqueles, alunos, professores, população em geral, que se interessam pelo tema da romanização no território hoje português” (p. 16). E especifica, como temática de abordagem, o conhecimento detalhado de 57 sítios de ocupação do período romano.

Também o título, *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*, nos remete para um período perfeitamente delimitado e, por isso, os dois primeiros capítulos não seriam fundamentais. Pelo contrário, o recuo histórico ao Mesolítico, com des-

crição pormenorizada dos achados, seria talvez desnecessário para a temática proposta. Parece-nos que, no que respeita à contextualização da região, seria mais vantajosa uma descrição breve, rematada com um mapa de localização da área em estudo.

É apenas no terceiro capítulo que o autor faz uma abordagem de conjunto à ocupação romana do curso inferior do Sado, cujos sítios são cartografados nas páginas 84-85, o que beneficia sobremaneira o texto. Este capítulo que pretende “de uma forma detalhada e exaustiva” (p. 16) referir-se à importância político-administrativa, económica, social e religiosa da *Salacia Imperatoria* do Sado, acaba por abarcar o fundamental da obra, pelo que teria sido útil, inclusivamente para o seu entendimento, o desdobramento em subcapítulos, permitindo um tratamento mais eficaz do fértil manancial informativo registado. Lamentamos, por isso, que o Autor diga tão pouco sobre a estrutura social e importância religiosa salaciense. Ainda neste capítulo seria interessante que tivesse apresentado a tradução das inscrições (p. 56-57), nomeadamente para um público menos informado na matéria; tradução essa que permitiria o acesso a informações culturais importantes, por exemplo no que diz respeito aos seus dedicantes.

O quarto capítulo dá conta das escavações realizadas no castelo de Alcácer do Sal, mais concretamente no *forum* da época romana e no santuário que invoca um culto oriental. A descrição dos edifícios, que se pode seguir por cuidadosos desenhos e algumas fotografias, apesar de exaustiva, não é excessiva. Se, no entanto, este capítulo tivesse precedido o anterior, muitas informações poderiam ter sido depois exploradas. É o caso da religiosidade, grandemente enriquecida com a descoberta da *tabella defixionis*, achado aliás deveras interessante quer pela sua singularidade, quer pelo seu conteúdo mágico ainda tão actual. De realçar o texto explicativo do conteúdo e significado deste monumento epigráfico: uma maldição ao autor de provável roubo de haveres. É essa parte do trabalho feita em co-autoria com José d’Encarnação (o que não vem explicitado), como se pode ver cotejando com o que, sobre o mesmo tema, vem publicado no catálogo *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa* (Lisboa 2002, p. 259-263), da exposição inaugurada pouco tempo depois (27 de Junho de 2002) no Museu Nacional de Arqueologia.

Nas conclusões, o autor faz a sinopse do conteúdo da obra, expondo resumidamente a evolução da ocupação humana na região, desde o Paleolítico Inferior até ao período Romano, fazendo esporádicos exercícios de diacronia até à actualidade.

Realce-se, neste capítulo, a relação estabelecida entre as *cupae* e a viticultura – “Em relação à cultura da vinha, diremos que são relativamente abundantes no Alentejo os monumentos funerários em forma de tonel (*cupae*), com representação de aduelas. Independentemente do seu significado religioso, ou a sua origem, parece que eles são um testemunho indirecto da viticultura”(p. 128-129) –, que se nos afigura demasiado forçada. Efectivamente, a explicação do significado bem como das variedades formais destes monumentos exige um estudo bastante mais aprofundado e comparativo, como já reclamava há 16 anos José d’Encarnação (*Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 825-826).

A encerrar o trabalho a Bibliografia e o Índice Remissivo. A bibliografia é extensa e actualizada, sendo desenvolvida em relação às inferências feitas ao longo do texto, pelo que seria mais correcto chamar-lhe “ficheiro bibliográfico”. Revela-se bastante útil ao leitor mais interessado em aprofundar um ou outro aspecto. O índice remissivo facilita sobremaneira o acesso a assuntos específicos.

A obra é, em geral, de leitura agradável. Algumas gralhas (por exemplo, na p. 73, 4.º parágrafo, 1.ª l, “à” em vez de “há”) são facilmente corrigíveis. Recorrente é, no entanto, uma incorrecção formal no que concerne a citações, evitável se se tivesse pensado um pouco. Exemplificamos:

Na p. 15, último parágrafo, escreve-se: “...levada a cabo por (MATEUS e QUEIRÓZ, 1991), com quem colaborámos...”. O correcto seria “levada a cabo por José Eduardo Mateus e Paula Fernanda Queiroz (1991), com quem colaborámos”.

Na p. 73, 3.º parágrafo, a situação é análoga e pode, inclusive, resultar pouco compreensível para o leitor menos afeiçoado a estas lides: “Embora o Itinerário de Antonino não a cite, (ALARCÃO, 1983) admite uma via...”.

E o que J. C. Lázaro Faria queria escrever era que, embora o *Itinerário de Antonino* não referisse a existência da via em causa, o Prof. Jorge de Alarcão (1983, 82) é de opinião que se tem de a admitir.

Sem prejuízo, portanto, do valor da obra em análise, creio que ela apresenta, no entanto, alguns aspectos que mereciam um tratamento mais cuidado:

– p. 21, 3.º parágrafo: é citada uma obra de Pereira de Sousa sobre o sismo de 1755, não identificada na bibliografia; trata-se do livro clássico *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*, da autoria de Luís de Sousa (1870-1931);

– pp. 52-53 e 106: referem-se abreviaturas -AE, IRCP e CIL- sobejamente conhecidas, é certo, por um público especialista, mas não pelos leigos ou meros curiosos do assunto, e que não vêm explicitadas em nenhuma parte da obra;

– p. 54, 2.º parágrafo: é atribuída a Jorge de Alarcão a hipótese de o *vicus* industrial de Tróia ter sido fundado “pela mesma época [principado de Cláudio] e por iniciativa dos *Cornelii Bochi*”, se bem compreendemos; ora seria importante saber a respectiva referência bibliográfica;

– p. 46: é apresentada a carta das *civitates* da Lusitânia “segundo Jorge de Alarcão”: em que obra?

– nas figs. 2 e 20 não se identifica a obra de origem das mesmas, apenas o Autor: o desenho do esqueleto do Concheiro do Cabeço das Amoreiras, “segundo F. Dos Santos”, poderia ter sido retirado – e foi-o – de *Pré-História de Portugal*, de Manuel Farinha dos Santos, 1985, única obra deste autor citada na bibliografia relacionável com o tema (aí vem na p. 31, fig. 32, da edição de 1972); quanto à fig. 20, apenas traz como legenda “a tipologia das ânforas lusitanas, seg. Dias Diogo”, autor de que, na bibliografia, vêm citadas quase trinta referências... Seria... procurar agulha em palheiro!...

– De resto, é muito raro que, nas citações, sejam indicadas as páginas, o que, obviamente, dificulta posteriores consultas.

Enfim, lacunas que, numa segunda edição, certamente com facilidade serão colmatadas. E, na verdade, o trabalho em apreço, embora não nos parecendo dirigir-se a um público diversificado, acabará por ter importante papel na divulgação do património arqueológico do concelho. Do ponto de vista científico, dada a abundância de informação veiculada, virá a ser, sem dúvida, uma referência obrigatória no âmbito das investigações histórico-arqueológicas no território de Alcácer.

ANA PAULA RAMOS FERREIRA

JOSÉ IGNÁCIO SANCHEZ ALBALÁ e DIEGO VINAGRE NEVADO, *Corpus de Inscripciones Latinas de Coria*, “Temas Caurienses”, 1, Coria, 1998, 133 páginas, ilustrado.

A obra que aqui apresentamos representa um louvável esforço para actualizar os trabalhos já existentes sobre a epigrafia latina da cidade de Coria, a antiga *Caurium*, situada na província de Cáceres da região estremenha espanhola. Trata-se do primeiro volume de uma colecção editada pelo *Ayuntamiento* cauriense e que, como os autores afirmam na introdução, tem características divulgativas e científicas (p. 7). Apesar da primeira destas intenções nos parecer melhor conseguida que a segunda, não podemos deixar de elogiar os esforços dos autores para conferirem ao *Corpus* a qualidade científica que hoje se deve exigir a publicações desta natureza.

Como dissemos, o trabalho de Sánchez Albalá e de Vinagre Nevado ocupa-se das inscrições romanas de Coria, o que o torna particularmente interessante atendendo à localização da cidade no centro da província Lusitânia, com evidentes e naturais afinidades com a Beira Interior, confinando com os *Igaeditani*. O catálogo inclui um conjunto de 101 epígrafes, 96 das quais atribuídas a Coria e 5 onde se referem caurienses, provenientes de outros locais. O catálogo insere inscrições perdidas e simples fragmentos, procurando recolher tudo o que possa apresentar interesse, ainda que a ordem de apresentação nem sempre seja clara. O número de epígrafes recolhidas, mesmo descontando as que devem ser excluídas por não serem antigas ou por se encontrarem duplicadas, ultrapassa significativamente o quantitativo dos monumentos publicados na obra que constitui ainda referência para a epigrafia romana da província de Cáceres (R. Hurtado San Antonio, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas*, Cáceres, 1977, p. 120-134), em número de 51. A obra está dividida em duas grandes secções, o catálogo (p. 9-116) e os anexos (p. 117-128), seguidas pela bibliografia (p. 129-131), lista de abreviaturas e índice geral (p. 132-133).

No catálogo as inscrições estão agrupadas pela seguinte ordem: votivas, funerárias, indeterminadas, inéditas e aparecidas fora de Coria. Os anexos contam